

Relatório da sessão “Democracia e cidadania - o papel da ciência, tecnologia e inovação”

Maria Alice Rezende de Carvalho¹

1. Apresentação

Este texto relata os principais temas abordados pelos membros da mesa intitulada *O papel da CT&I na redução das desigualdades sociais e na inclusão social*, ocorrida na manhã do dia 28 de maio de 2010; destaca a tônica das perguntas e/ou intervenções dos participantes da plenária; e se fecha com algumas considerações acerca das convergências extraídas do evento.

2. Relatório do seminário temático preparatório

De acordo com a orientação do coordenador da plenária, Antônio Prado, a sessão foi iniciada com a apresentação do relatório elaborado por Maria Alice Rezende de Carvalho (PUC-Rio, AN-POCS), contendo as principais questões debatidas no seminário transcorrido em 07/05/2010, no Espaço Cultural Finep, Rio de Janeiro – RJ, como parte das atividades preparatórias da IV CNCTI.

Daquele encontro, os temas que mais claramente traduzem convergências quanto ao papel da CT&I na promoção da cidadania e na democratização da vida brasileira são dois:

- a. A melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis, paralelamente à construção de uma cultura científica capaz de atrair jovens de todas as camadas sociais para as carreiras científicas e tecnológicas;

¹ Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

- b. A ampliação e melhoria da utilização de tecnologias de informação e comunicação para a modernização do Estado, sobretudo no que tange à oferta de serviços públicos, transparência administrativa e acompanhamento de programas de assistência.

Em suma, os temas consensuais trazidos do seminário preparatório situam-se nos eixos da democratização e nacionalização do acesso à ciência e à tecnologia, a partir da oferta de serviços públicos de qualidade, notadamente a educação. Mas de uma educação voltada para os novos tempos, baseada, portanto, no estímulo à curiosidade inovadora, à participação e à interculturalidade. Este último aspecto – o da interculturalidade –, aliás, foi bastante destacado nos debates preparatórios à IV CNCTI, uma vez que, segundo os participantes daquele encontro, a contribuição da C&T para a redução dos desequilíbrios regionais/sociais do país será mais efetiva se consultar as vocações locais e os saberes tradicionais que organizam o cotidiano de parcela considerável da população brasileira.

Nesse sentido, e subjacente aos dois temas consensuais, destaca-se um terceiro aspecto, menos evidente, porém mencionado nas intervenções do seminário preparatório de maio de 2010. Trata-se da percepção de que, para a democratização e a inclusão social, há que equilibrar a razão instrumental e o pensamento crítico, pois, sem este, se poderá incorrer em um triunfalismo tecnocrático de péssimas consequências para a sociedade. Portanto, há que se considerar a ampliação do pensamento crítico, ancorado no conhecimento da sociedade sobre si mesma, principalmente de sua história, a fim de que os diferentes atores sociais possam se construir publicamente, como cidadãos.

3. Os palestrantes

Após a apresentação do relatório, o coordenador da plenária concedeu a palavra aos palestrantes, atribuindo vinte minutos a cada um para que desenvolvessem o tema proposto. Embora por caminhos diferentes, as intervenções de Cândido Grzybowski e de Paulo Augusto de Oliveira Itacarambi, representantes de duas organizações da sociedade civil, o Ibase e o Instituto Ethos, respectivamente, apresentaram vários pontos de contato.

Ambos destacaram, primeiramente, que a democratização da sociedade brasileira deve combinar a busca por maior justiça social à defesa da sustentabilidade. E que essa combinação determina uma visão da C&T como bem público e afinado com a defesa da vida no planeta.

Ambos também, com variações quanto à intensidade, questionaram o caráter ilimitado da produção de conhecimento científico e tecnológico. Indagaram, em outras palavras, se “tudo o que se pode fazer deve ser feito”, isto é, se o avanço da ciência, com todos os riscos e apostas que

envolve, não está – ou deveria estar – limitado por um horizonte ético. De acordo com Grzybowski, “os avanços científicos se materializam na civilização tecnológica, industrial, produtivista e consumista que hoje temos e na que vivemos, quase sem perspectiva de outros mundos possíveis. O problema é que estamos no limite do planeta e da vida. A questão ética desse padrão de C&T volta a ser central...”

A propósito, tal perspectiva vem sendo muito debatida no âmbito das filosofias sociais contemporâneas, como em Edgar Morin, por exemplo, que aponta, claramente, para uma abdicação das potencialidades ilimitadas do dispositivo técnico-científico. Acredita que tal abdicação é um ato radical de recondução do homem ao controle de suas circunstâncias. Concordando-se ou não, esse é um tema de fronteira que compareceu aos debates da IV CNCTI.

Finalmente, os palestrantes foram bastante convergentes quanto à ideia de que, atualmente, o conhecimento necessário à alavancagem de processos autossustentados e autogeridos de inclusão social não pode ainda ser produzido pelos destinatários desse processo. Ou seja, é um conhecimento que deverá ser produzido com a colaboração e a participação da comunidade de pesquisa. A academia, portanto, e os movimentos sociais devem procurar trabalhar conjuntamente para a consecução de um tipo de conhecimento que sirva ao propósito da inclusão social. Nesse sentido, sustentam que a universidade deve passar por uma reforma capaz de favorecer sua relação com a sociedade, ampliando sua capacidade de atender às demandas cognitivas dos movimentos sociais.

São, pois, duas intervenções muito próximas em suas características e proposições. Seus principais embates são pela abertura da universidade às demandas sociais e pelo estabelecimento de um horizonte ético que oriente a produção do conhecimento.

4. Considerações do coordenador da plenária

Por fim, encerrado o tempo estipulado para a intervenção dos palestrantes, o coordenador Antonio Prado passou a coordenação da mesa à relatora, que lhe concedeu 20 minutos para suas considerações finais.

Antonio Prado iniciou sua intervenção, chamando a atenção para o fato de que a competitividade dos países no mundo contemporâneo aponta para a “nova economia do conhecimento”. Para que ela se consubstancie, entretanto, seriam necessárias políticas de apoio e estímulo à inovação do conhecimento, em bases socialmente inclusivas e ecologicamente sustentáveis.

Sua perspectiva é a transformação estrutural do aparato produtivo, visando reduzir a informalidade no mercado de trabalho e ampliar a produtividade. Trata-se, pois, de uma visão que articula fortemente as atividades de inovação e o mercado.

Mas é o próprio autor quem lembra que há também inovações guiadas por objetivos sociais e desenvolvidas a partir de iniciativas centralizadas, como é o caso do Plano de Atenção Nacional de Emergência Social (Panes) no Uruguai. Trata-se de um projeto em que, “a partir de diferentes métodos de identificação das necessidades sociais e de uma rede informatizada de escritórios locais voltados à detecção dessas necessidades, permitiu conceber e instrumentalizar intervenções focalizadas.”

Em suma, Antonio Prado enfatizou que as inovações tecnológicas somente são possíveis se sustentadas por “outros determinantes sistêmicos, tais como a organização prévia dos produtores, o envolvimento dos atores políticos locais, o apoio das universidades e instituições especializadas, a interação entre conhecimento local e o saber científico, além de – e, sobretudo – as políticas de Estado.” Somente isso permitiria combinar crescimento econômico e inclusão social.

5. Principais questionamentos do público presente

Abertas as inscrições para participação no debate, foram enviadas cerca de duas dezenas de questões ao coordenador da mesa, que as distribuiu, levando em conta o teor das indagações.

De modo geral, as perguntas foram formuladas por representantes de entidades da sociedade civil e apresentaram um alto grau de convergência em relação ao conteúdo das intervenções dos palestrantes. Suas intervenções consistiram, muitas vezes, em reforços das ideias expostas, sob a forma de complementos ao argumento ou de exemplificações de aspectos abordados. Pode-se dizer, por isso, que não houve exatamente um debate, no sentido da contraposição de perspectivas. E que a participação da plenária foi muito afinada com as proposições dos palestrantes.

Na verdade, dominou uma visão de que a universidade não se mostra, há muito tempo, disposta a atender às demandas cognitivas de segmentos organizados da sociedade e que eventuais parcerias intelectuais entre a academia e os movimentos sociais se mostram ainda pouco exequíveis.

De outro lado, muitas mensagens visavam dar publicidade a experiências pontuais de economia solidária ou ao desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica de cunho local, aproveitando-se do tratamento que o coordenador Antonio Prado concedeu a esses eventos.

6. Considerações finais

Consideração importante a ser feita é a significativa coincidência de pontos de vista entre os membros da plenária e os palestrantes, denotando uma convergência em torno das ideias que vêm sendo defendidas por organizações não governamentais e outros segmentos organizados da sociedade civil. Aí, talvez, o principal ponto fraco da reunião, que não favoreceu a manifestação de um pensamento alternativo ao que se manifestou ali.

Os principais temas foram:

- A crítica à universidade, tal como ela se encontra estruturada;
- A necessidade de um conhecimento científico que inclua os saberes tradicionais;
- A natureza coletiva da inovação científica, não havendo, portanto, por que falar em patentes;
- O questionamento da inexorabilidade do avanço científico;
- A importância de uma cultura científica que sensibilize a totalidade dos brasileiros.